

GRANDE GUERRA — UMA INTERVENÇÃO NECESSÁRIA

Luís Alves de Fraga

Resumo

Breve descrição das razões que determinaram a beligerância na Grande Guerra a partir de 1916, com envio de tropas para Flandres francesa integradas no Corpo Expedicionário Português, descrevendo sinteticamente as manobras diplomáticas e políticas para conseguir o estatuto que defendia os interesses nacionais portugueses.

Em resumo aborda-se também o panorama político interno e os desentendimentos que dividiram a sociedade portuguesa durante todo o tempo de guerra.

GRANDE GUERRA — UMA INTERVENÇÃO NECESSÁRIA

Luís Alves de Fraga

Em 5 de Outubro de 1910, a proclamação da República em Portugal, se foi essencialmente um acontecimento político, foi, também um acto cultural, pleno do mito sebastianista, desejoso de, quase taumaturgicamente, transmutar um país e um povo para a modernidade então vivida na Europa. A República, ou pelo menos alguns dos seus próceres, seria a mola para a ruptura com uma tradição conservadora, apegada a credences religiosas que rondavam o paganismo. A República romperia, assim o acreditaram os seus mais ardentes propagandistas, as trevas da ignorância e as pesadas cadeias de uma subordinação política, diplomática e financeira à Grã-Bretanha, colocando Portugal no lugar que historicamente lhe competia no contexto continental.

O rápido crescimento económico, nas últimas décadas do século XIX e na primeira da centúria seguinte, de países europeus, alguns com dimensões geográficas mais exíguas do que as portuguesas, tornou-se no doloroso acicate dos republicanos radicais. Portugal, tradicionalmente de costas voltadas para os problemas europeus e preocupado com a manutenção dos territórios de um império que lhe recordavam as glórias passadas, tinha, sem descurar as colónias, de despertar e partilhar das preocupações dos mais florescentes Estados do Velho Continente. Contudo, porque a teia e a trama do relacionamento político entre Governos constituía já uma malha tão apertada de conluíus capazes de desaguar no conflito armado, Lisboa viu-se forçada, também como consequência dos conflitos sociais e políticos que atravessavam o país, a manter a convivência estreita e privilegiada com a Inglaterra. Era impossível, sem ferir a democracia desejada pelos republicanos, reformular totalmente a conduta interna e externa de Portugal.

Agosto de 1914 e a eclosão da Grande Guerra veio trazer novas possibilidades aos republicanos mais ousados que aspiravam romper para sempre com o isolamento retrógrado. Para esses, a intervenção militar na Europa permitiria, quatro anos após a proclamação da República, relançar as reformas internas e reposicionar Portugal no contexto de um continente dividido.

Portugal e a Grande Guerra. 1914-1918, obra de mais de seiscentas páginas, editada em fascículos pelo Diário de Notícias, no ano de 2003, e para a qual contribuí-

mos com mais de duzentas, relata, cronologicamente, dos antecedentes às consequências, o conflito bélico. Coube-nos contar o envolvimento português nos campos de batalha europeus. Sem excesso de informação e numa linguagem contida para não ultrapassar os limites editoriais que nos haviam sido impostos, mostrámos como a beligerância se impunha para alcançar objectivos nacionais, evidenciando dependências e contingências, riscos e vulnerabilidades. Quisemos colocar os leitores perante os quadros condicionantes da postura governativa mais digna, que não envergonhava a República. Realmente, o estatuto internacional solicitado ao Governo de Lisboa pelo de Sua Majestade Britânica era de uma total ambiguidade e em nada honrava Portugal quando os Povos, na Europa, se empenhavam numa luta renhida e ilimitada. Conseguir a beligerância a pedido da Grã-Bretanha, tornou-se o principal imperativo de quantos compreendiam ser a participação na guerra mais do que um mero apoio militar — certamente fraco —, um posicionamento soberano de carácter diplomático e político de uma pequena República num continente de Monarquias poderosas. A beligerância era a garantia de poder estar presente, por direito próprio, na conferência da paz, defendendo a soberania e a independência do Povo português e de todas as parcelas do território do Estado. Mas era, também, um caminho para gerar a coesão interna à volta de um ideal comum aos Povos que combatiam contra uma Alemanha militarista e sequiosa de grandeza.

Definidos os objectivos políticos e vencidas as oposições internas, o Governo português mandou marchar para as trincheiras francesas um forte contingente militar superior a cinquenta e cinco mil homens: o CEP. Mais do que soldados, eram embaixadores de uma nova Pátria aberta à política europeia e aos problemas que a definiam. O seu futuro na frente de combate estava indissolúvelmente ligado aos sucessos da política interna portuguesa: se as correntes conservadoras e tradicionais conseguissem impor-se, derrotando os ousados estadistas defensores de uma modernidade urgente, o esforço dos soldados, em França, seria baldado e inglório.

O peso da tradição obscurantista, intolerante e provinciana venceu no final do ano de 1917, fazendo aceitar e acarinhando a primeira ditadura duradoira, demagógica e populista da República. Dessa reviravolta sentiram os militares, em França, os efeitos. Dos primeiros dias de Dezembro de 1917 a 9 de Abril do ano seguinte, o abandono do CEP foi notório. Aos pobres soldados analfabetos, arrastando o sofrimento do Inverno rigoroso e o cansaço da campanha esgotante, não faltou a sensibilidade para perceberem que estavam completamente entregues a si próprios.

O Comando Alemão, conhecedor do estado de esgotamento da tropa que tinha na frente, contando com a fraca resistência que oporia a uma grande ofensiva, preparou-se para romper as linhas no sector português. A batalha de La Lys foi, até hoje, a última do Exército nacional. Nos campos da Flandres ficaram mortos, feridos e prisioneiros mais de sete mil homens. Os restos do CEP passaram, nos meses seguintes, a cavar trincheiras e a abrir estradas para servirem às tropas britânicas. Raros oficiais, mas garbosos da farda que envergavam, conscientes da missão que levava Portugal aos campos de morte e sofrimento, conseguiram, a custo, organizar três Batalhões — pouco mais de 1.500 homens — que marcharam para a frente de combate perseguindo, já nos últimos dias de guerra, os Alemães que fugiam atemorizados e incapazes de opor resistência séria.

Na verdade, a derrota de La Lys não foi o colapso das unidades militares portuguesas... foi a vitória do conservadorismo, que, em Lisboa, havia assaltado as cadeiras do Poder!

Perfil do Autor

Luís M. Alves de Fraga, diplomado pela Academia Militar Portuguesa, é coronel da Força Aérea, na situação de reserva. Possui o grau de licenciado em Ciências Político-Sociais pela Universidade Técnica de Lisboa.

É mestre em Estratégia pela mesma Universidade, tendo elaborado a dissertação subordinada ao título *Portugal e a Primeira Grande Guerra. Os Objectivos Políticos e o Esboço da Estratégia Nacional. 1914 – 1916*. Actualmente prepara a dissertação de doutoramento em História.

Há 22 anos que exerce a docência no ensino superior, tendo sido professor efectivo titular no Instituto de Altos Estudos da Força Aérea e professor efectivo e Director do Ensino Universitário na Academia da Força Aérea.

É autor de vários livros e ensaios históricos, sociológicos e pedagógicos publicados em órgãos de comunicação especializada.

Lecciona a disciplina de História Diplomática Portuguesa ao Curso de Relações Internacionais.